

Mercado prevê déficit de 3,3% do PIB

Ano se encerra com déficit de 4%, já que os estados e municípios driblaram o controle da administração federal

por Maurício Corrêa
de Brasília

Apesar do esforço que o governo federal vem desenvolvendo para equilibrar suas contas, o mercado trabalha com a expectativa que, em 1997, o déficit operacional do setor público deverá alcançar cerca de 3,3% do Produto Interno Bruto, apesar da estimativa oficial de 2,5%. “Há convicção que haverá uma queda nas taxas de juros e um rendimento mais favorável na administração federal. Mas não há o mesmo grau de confiança em relação às contas estaduais”, diz o economista Raul Velloso.

Até o final de setembro, as dívidas dos estados somavam R\$ 136 bilhões, sendo R\$ 101 bilhões de responsabilidade das administrações diretas e R\$ 35 bilhões contraídos pelas administrações indiretas. Desse total, o governo federal está renegociando cerca de R\$ 47 bilhões. Velloso confessa ter se frustrado com o desempenho do setor público em 1996. “Ninguém

acreditava que a inflação fosse ficar tão baixa e nem que a taxa de juros real interna fosse ficar tão alta”, alegou o consultor que, em setembro, estimava um déficit operacional em torno de 3,5% do PIB para 1996. “Tive que refazer as contas e concluí que o déficit ficará em torno de 4%”.

Na sua avaliação, os estados e municípios conseguiram driblar os controles impostos pela administração federal, enveredando por “formas não convencionais de auto-financiamento, como os precatórios. Isso detonou o processo, pois, até o final de setembro, só o déficit primário dos estados já correspondia a 0,8% do PIB”, afirma Velloso.

Da parte do governo federal, existe a disposição de fechar duas torneiras responsáveis pelos grandes vazamentos no controle do déficit público: os gastos com pessoal e com a Previdência. “Vamos fechar 1996 com um déficit da or-

dem de R\$ 500 milhões”, afirma o secretário-executivo do Ministério da Previdência, José Cechin. No último dia 13, ele trabalhava com uma conta que indicava, neste ano, um total de pagamento de benefícios de R\$ 40,8 bilhões, contra uma receita líquida de R\$ 39,7 bilhões. Da diferença de R\$ 1,1 bilhão, Cechin abateu um ingresso de R\$ 600 milhões, por conta de um acordo de débitos com a Rede Ferroviária Federal, coberto pelo Tesouro Nacional.

Em maio deste ano, chegou-se a comentar que o déficit da Previdência Social, agora em dezembro, chegaria a R\$ 2,5 bilhões. Mas houve uma corrida atrás do prejuízo e, segundo Cechin, entraram nos cofres da Previdência R\$ 600 milhões em consequência da cobrança da Dívida Ativa, sem contar cerca de R\$ 400 milhões na forma de parcelamento da dívida administrativa. “Estamos fazendo um brutal esfor-

ço para acertar as contas da Previdência e essa mesma disposição continuará em 1997”, diz Cechin, que está atento aos meses de maio e junho próximos, quando poderão ocorrer, respectivamente, reajustes nos valores do salário-mínimo e dos benefícios, como aposentadorias e auxílio-saúde. Para o próximo exercício fiscal, Cechin projeta um déficit na área da Previdência um pouco menor, de R\$ 400 milhões, resultante de um total de benefícios de R\$ 46,9 bilhões e de uma arrecadação líquida de R\$ 46,5 bilhões.

Os números da Previdência Social são gigantescos. Até o final de novembro de 1995, a folha de pagamentos incluía 15,61 milhões de aposentados. No final de novembro deste ano, já eram 16,34 milhões. Em 1996, de janeiro a novembro, foi concedido um total de 1,95 milhão de benefícios, ao mesmo tempo em que se cancelou 1,44 milhão. “Tivemos um crescimento real, de janeiro a novembro, de 11,50% na arrecadação lí-

quida da Previdência Social e uma expansão de 15,07% no total de benefícios, comparando com o mesmo período do ano passado. Não suportaremos isso por muito tempo”, diz Cechin.

Na outra vertente dos gastos federais, a conta de Pessoal, neste ano, deverá apresentar uma queda real da ordem de 3%, de acordo com a expectativa do ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, totalizando R\$ 41,46 bilhões. Foram R\$ 42,81 bilhões no final do ano passado. Bresser Pereira evita comentários sobre 97, pois há duas variáveis na sua área que dependem do fechamento de opções de habilitação ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV). Uma dessas variáveis é o número total de servidores federais que estão se desligando por conta do PDV. A outra é o número de servidores não-estáveis (existem 55 mil em todo o País) que serão desligados compulsoriamente no próximo ano. ■

**O governo
se diz disposto
a controlar os
gastos com
pessoal e com a
Previdência**